



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

Acta da reunião extraordinária do Conselho Geral de 28 de Outubro de 2009

-----Aos vinte e oito dias do mês de Outubro de dois mil e nove, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas nove horas e trinta minutos, uma reunião extraordinária com os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Apreciação e votação da acta da reunião de 3 de Julho de 2009.-----

-----2. Apreciação e deliberação sobre a continuidade do mandato do Conselheiro Nelson Moura.-----

-----3. Comunicação do Parecer emitido pelos Conselheiros externos sobre a proposta de Plano Estratégico de Médio Prazo elaborada pelo Reitor da Universidade dos Açores.-----

-----4. Apreciação, debate e votação da proposta de Plano Estratégico de Médio Prazo apresentada pelo Reitor da Universidade dos Açores.-----

-----5. Comunicação do Parecer emitido pelos Conselheiros externos sobre a proposta de Plano e Orçamento para 2010 apresentada pelo Reitor da Universidade dos Açores.-----

-----6. Apreciação, debate e votação da proposta de Plano e Orçamento para 2010 apresentada pelo Reitor da Universidade dos Açores.-----

-----7. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.-----

-----Para além do Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Doutor Ricardo Madruga da Costa, que presidiu, estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;-----

-----Doutor Mário José Amaral Fortuna;-----

-----Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;-----

-----Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho;-----

-----Doutor Armindo dos Santos Rodrigues;-----

-----Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;-----

-----Doutora Rosa Maria Baptista Goulart;-----
-----Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;-----
-----Estudante Nelson Braga Moura;-----
-----Estudante André Filipe Matos de Carvalho;-----
-----Mestre Francisco José Massa Flor Franco;-----
-----Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa;-----
-----Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral;-----
-----Esteve ausente o Dr. Mário António da Mota Mesquita, que justificou.-----
-----Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão, submetendo a votação a Acta da reunião do dia três de Julho, tendo a mesma sido aprovada com onze votos a favor e uma abstenção.-----
-----Passando de imediato ao ponto dois da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral teceu algumas considerações acerca do parecer jurídico por ele solicitado acerca da continuidade do mandato do Conselheiro Nelson Moura, cuja cópia ficará apensa a esta Acta, e informou que o mesmo lhe pareceu inconclusivo, cabendo agora ao Conselho Geral tomar uma decisão final. Aproveitou para dar conhecimento de uma mensagem recebida do Doutor Tomaz Dentinho, em que considera favoravelmente a continuidade do conselheiro Nelson Moura.-----
-----Na opinião dos Conselheiros Carlos Amaral, Armindo Rodrigues, Gilberta Rocha, André Carvalho, Mário Fortuna e Rosa Goulart, a posição do jurista não foi muito clara, não competindo ao Conselho Geral decidir sobre a continuidade do mandato do estudante Nelson Moura. Por se tratar de uma questão meramente jurídica, esta decisão só poderá ser tomada mediante a apresentação de um documento que comprove se houve ou não quebra de vínculo com a Universidade dos Açores. Segundo a Doutora Gilberta Rocha, o estudante Nelson deve continuar a exercer o seu mandato até haver uma confirmação do Assessor Jurídico, indicando o período em que este perdeu o vínculo e o período de transição entre o primeiro e o segundo ciclos. Ainda sobre o assunto, o Doutor Mário Fortuna acrescentou que o Conselho Geral deve rejeitar qualquer parecer que tenha sido solicitado e que não seja conclusivo, sendo de opinião que, no caso concreto, se deva aceitar estudantes nestas circunstâncias e que, de acordo com a mecânica de funcionamento dos primeiro e segundo ciclos, não deve haver quebra de vínculo.-----
-----Na sequência da mensagem enviada ao Presidente do Conselho Geral, o Doutor Tomaz Dentinho reafirmou a sua posição, afirmando que se deveria permitir a participação de estudantes que passam da licenciatura para mestrado.-----

-----Sendo consensual o entendimento de que os conselheiros não poderão tomar qualquer decisão sem que, em termos jurídicos, seja determinado se houve quebra de vínculo na transição do final da licenciatura para o segundo ciclo, o Conselho Geral irá solicitar à Senhora Administradora uma reanálise do caso presente por parte do jurista, devendo ser indicado com precisão o período em que a perda de vínculo ocorreu, caso a mesma se tenha verificado.-----

-----Passando de seguida ao ponto três da ordem de trabalhos, foi feita uma interrupção, pelas dez horas e vinte minutos, para que os Conselheiros externos se reunissem e deliberassem sobre a proposta de parecer entregue antes da reunião, tendo os trabalhos sido retomados pelas onze horas e trinta minutos.-----

-----Antes de se proceder à leitura das conclusões do documento, o Doutor Roberto Amaral aproveitou para esclarecer que, enquanto não houver indicação do *plafond* a ser atribuído à Universidade dos Açores, o parecer sobre o orçamento não pode ser aprovado.-----

-----O Magnífico Reitor pediu a palavra para reforçar o esclarecimento do Doutor Roberto Amaral, acrescentando que o Conselho Geral só se deveria pronunciar a favor da aprovação provisória do Orçamento, devendo ratificá-lo apenas após a indicação do *plafond* a atribuir à Universidade dos Açores.-----

-----Por sua vez o Doutor Mário Fortuna acrescentou que este é um problema que irá surgir todos os anos. Segundo afirmou, se o orçamento foi elaborado tendo em conta as regras utilizadas nos anos anteriores, a necessidade de ratificação será sempre objectiva.-----

-----Em seguida o Presidente do Conselho Geral procedeu à leitura dos aspectos mais salientes do Parecer emitido pelos Conselheiros externos, o qual fica apenso à presente acta. O Parecer, além de uma posição favorável ao Plano Estratégico, inclui ainda algumas recomendações julgadas importantes para que o Plano contemple uma calendarização das medidas e identifique responsáveis pela sua execução.-----

-----De seguida, passou-se à apreciação, debate e votação da proposta de Plano Estratégico de Médio Prazo apresentada pelo Reitor da Universidade dos Açores, tendo sido aberto um período de intervenções.-----

-----O Doutor Mário Fortuna pediu a palavra para se congratular e subscrever o parecer dos Conselheiros externos, afirmando que os documentos estratégicos necessitam de uma formatação diferente que possibilite a responsabilização de cada uma das partes abrangidas e que o plano estratégico deveria ser organizado em programas, acções e medidas. Aproveitou ainda para tecer algumas considerações não

só acerca da internacionalização da Universidade, nomeadamente no que respeita à escassez de disciplinas leccionadas em inglês, como também da importância dos CETS, da possibilidade de se criar segundos e terceiros ciclos em determinados cursos existentes na Universidade dos Açores, e da necessidade de se obterem recursos para que a interacção entre a Universidade dos Açores e as empresas se concretize. Segundo afirmou, se queremos ter nome internacionalmente há que desenvolver projectos de interesse a nível internacional. Afirmou ainda que o problema fundamental tem a ver com a avaliação dos serviços e do pessoal docente, pois considera que existe uma incapacidade de se aceitar que os serviços não funcionam, não se arranjando por isso soluções para os problemas existentes. Por fim, referiu que se torna urgente definir dois pontos fundamentais. Por um lado, considera obrigatório que dentro de cinco anos se tenha todo o pessoal docente no quadro, enquanto que, por outro, é preciso definir estrategicamente como, o que é preciso para fazer e onde vamos ter gente daqui a cinco anos.-----

----- Apesar de achar que o documento não se encontra tão detalhado como gostaria, o Doutor Armindo Rodrigues subscreveu igualmente o parecer dos membros externos, nas suas recomendações, reconhecendo que houve um esforço da parte do Magnífico Reitor em indicar aspectos particulares e objectivos. Acrescentou ainda que a Universidade dos Açores poderia marcar uma viragem completa para melhor, se fornecesse serviços de qualidade, nomeadamente no que diz respeito aos serviços administrativos, académicos e informáticos. Em relação à investigação, afirmou que o facto de haver pessoal da Universidade dos Açores a trabalhar em projectos de outras instituições pode dar origem a que a Universidade perca recursos humanos, apesar de estes serem pagos pela Universidade. No que se refere à internacionalização da ciência é de opinião de que se deveria apostar mais nas publicações de artigos em revistas, de modo a enriquecer as candidaturas dos investigadores a projectos de investigação. Finalmente no que diz respeito à interacção entre a Universidade dos Açores e as empresas, acrescentou que não existem empresas na região com dimensões vocacionadas para este tipo de interacção, sendo necessário definir o que existe na Universidade e na região para se criar esta interacção.-----

-----Na opinião do Doutor Carlos Amaral, este plano levanta certas dúvidas, na medida em que se nota a ausência de medidas específicas identificáveis e de acções que permitam a evolução da Universidade. Segundo afirmou, para se definir um Plano, é necessário saber o que este deve apresentar, que políticas devem ser implementadas e que instrumentos devem ser disponibilizados para o efeito. Afirmou ainda que a

Universidade deveria apostar não só nas novas ofertas de ensino, na reestruturação e no enquadramento do politécnico, como também na política editorial da Universidade dos Açores e na melhoria dos serviços, fazendo especial referência aos Serviços de Documentação, mais precisamente no que diz respeito às revistas e monografias, ao apoio aos estudantes e ao serviço de reprografia. Em relação à investigação, chamou a atenção para a necessidade de se fazer uma reflexão sobre o enquadramento e o modo como a mesma funciona, pois, em matéria de centros sediados fora da Universidade, afirma que a Universidade dos Açores anda a perder recursos e financiamento.-----

-----Segundo a Doutora Gilberta Rocha, para que o Plano Estratégico seja concretizado (o que não lhe pareceu muito claro no documento apresentado), para além da necessidade de recursos humanos, será necessário definir em que áreas se devem aplicar as situações mencionadas no Plano, saber quais as que estão preparadas para funcionarem da maneira como foram descritas. No que diz respeito ao ensino e à investigação, afirmou que se perde muito tempo na decisão entre fazer ensino e investigação, pois nem todos conseguem entrar para os centros, tendo chamado a atenção para a necessidade de se saber porque certos centros não são centros FCT. Considerando que existe uma má gestão, devido à heterogeneidade, afirmou que se deve planear as realidades de cada um, não se devendo beneficiar uns em detrimento de outros. Finalmente no que diz respeito aos funcionários, também é de opinião de que são poucos e inadequados e que se deveria apostar mais em técnicos para darem apoio aos processos de investigação.-----

-----De seguida, o Doutor Tomaz Dentinho pediu a palavra para informar que considera o documento importante, salientando que a função do Conselho Geral é a de dar legitimidade aos documentos apresentados e apoiar a Reitoria nas medidas a serem tomadas em relação à Universidade dos Açores. Em relação ao documento propriamente dito, afirmou que a população de estudantes do ensino superior está a aumentar e a Universidade dos Açores tem de estar preparada para responder a essa procura. Salientou ainda que, se não for racionalizada a gestão de recursos humanos, cada vez será mais difícil cumprir com os objectivos da Universidade.-----

-----No seguimento da intervenção do Doutor Armindo Rodrigues, o Mestre Francisco Franco mostrou o seu desacordo, como representante do pessoal não docente, perante o facto de se pensar que os problemas da Universidade dos Açores residam apenas nos Serviços, admitindo no entanto que estes poderiam ser melhorados. Como Director dos Serviços Administrativos esclareceu que, para além de os recursos

humanos não serem suficientes, há ainda a necessidade de se dar formação adequada ao pessoal não docente.-----

-----O Doutor Alfredo Borba pediu para intervir, manifestando o seu acordo em relação ao parecer dos membros externos e à maior parte das posições tomadas. Aproveitou ainda para tecer algumas considerações acerca do ensino, dizendo que considera como um objectivo alcançável os estudantes começarem pelos CETS, enquanto que, no que diz respeito aos terceiros ciclos, considera que os mesmos deveriam ser interdepartamentais. Em relação à investigação, concorda que devem existir dois tipos de centros: o FCT e o DRCT, embora entenda que deverá haver um acordo entre a Universidade e estes dois centros para a cobrança dos *overheads*. Finalmente em relação aos serviços, reconheceu que os mesmos foram melhorados, mas afirmou que estes deveriam ser melhor integrados na Universidade.-----

-----Antes de se dar por encerrado o período de intervenções, o Presidente do Conselho Geral aproveitou para dar conhecimento aos Conselheiros de duas sugestões apresentadas pelo Dr. Mário Mesquita, que se prendem com o Plano Estratégico. Por um lado, informa que a internacionalização da Universidade dos Açores deveria estar mais voltada para os EUA e Canada; por outro lado, sugere que seria útil que a Universidade dos Açores procurasse parcerias, no sentido de tomar uma posição mais consistente junto do Ministério em relação ao problema do financiamento do ensino superior das instituições de menor dimensão e com uma localização mais periférica. ---

-----No seguimento das intervenções anteriores, o Magnífico Reitor pediu a palavra para responder às questões levantadas, informando que, em relação à tipologia do Plano Estratégico, aceita os reparos sobre a inexistência de uma calendarização tão pormenorizada quanto seria desejável. Em relação ao ensino, esclareceu que a ideia de um ensino desde o pós secundário até ao doutoramento é uma opção já assumida pela Universidade dos Açores e mencionada nas Linhas Gerais de Orientação, tendo a mesma sido anteriormente debatida quer em reunião da Comissão de Estratégia quer em reunião do Conselho Geral. No que toca aos serviços, mostrou algumas reservas em relação às recomendações constantes no parecer dos membros externos. Segundo afirmou, o descontentamento em relação ao mau funcionamento dos serviços é sinal da exigência cada vez maior da Universidade. Ao longo dos anos tem-se verificado algumas melhorias nos serviços, à excepção dos Serviços de Documentação, que estão a tentar melhorar alguns aspectos menos positivos. Quanto á investigação, salientou que o ideal seria os docentes da Universidade dos Açores estarem integrados em centros FCT dentro da Universidade. No que toca à tripolaridade, voltou a referir que é a favor da

mesma, pois considera-a como um modelo justo, com custos e também com benefícios. Na questão das Empresas, salientou que a região tem um tecido empresarial relativamente fraco, mas considera que se deve apostar neste 'objectivo'. Por último, esclareceu que não considera as cargas lectivas como 'praga', sendo de opinião de que se deve leccionar e ter investigação ao mesmo tempo.-----

-----Terminado o período de intervenções, o Presidente do Conselho Geral colocou à votação as seguintes propostas:-----

-----A) Votar o Plano Estratégico apresentado pelo Reitor na generalidade;-----

-----B) Votar as recomendações apresentadas pelos membros externos.-----

-----Antes de se proceder à votação, o Dr. Roberto Amaral fez questão de esclarecer que o parecer dos membros externos não é imperativo e que as recomendações feitas devem ser encaradas apenas como um 'convite' e não devem ser votadas, pois segundo afirmou, trata-se apenas de recomendações tal como as intervenções de qualquer outro conselheiro.-----

-----O Doutor Carlos Amaral aproveitou para intervir, mostrando a sua concordância com o Dr. Roberto Amaral ao afirmar que as recomendações do parecer são iguais às intervenções dos restantes conselheiros sobre o documento. Estas recomendações/intervenções não se situam apenas a nível de conteúdo mas também a nível de forma. Acrescentou ainda que o documento deveria ser aprovado tal como se apresenta, com a possibilidade de se proceder a alterações.-----

-----Segundo o Doutor Mário Fortuna, o Conselho Geral não pode alterar certos aspectos da instituição. Se o Conselho Geral manifestou a sua opinião, agora deve votar no documento, sendo também de opinião de que as recomendações do parecer dos membros externos devem ser consideradas como um 'convite' ao Reitor para alterar e/ou melhorar o documento apresentado. Clarificou ainda a sua posição, dizendo que considera este processo como uma espécie de processo de instalação, uma vez que já estava definido aquando da eleição do Reitor.-----

-----Discordando do Doutor Mário Fortuna, a Doutora Gilberta Rocha afirmou que, ao dar continuidade ao seu mandato, o Magnífico Reitor tem agora de se sujeitar às regras do novo Estatuto, sendo de opinião de que o Conselho Geral deve propor alterações se não estiver de acordo com o Plano apresentado pelo Magnífico Reitor.-----

-----Por último o Presidente do Conselho Geral fez referência ao ponto I-3 do parecer, salientando que o Conselho Geral já se havia pronunciado sobre certos assuntos, com considerações válidas, em reuniões anteriores, mesmo porque este Plano Estratégico é que deveria preceder as Linhas Gerais de Orientação, ao que o Doutor

Tomaz Dentinho concordou, dizendo que não se deve aprovar o documento na generalidade mas sim nas 'recomendações'.-----

-----Tendo ficado esclarecido que a votação incidiria sobre as recomendações/intervenções do Plano, procedeu-se de imediato à votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

-----Votos a favor: doze.-----

-----Votos contra: zero.-----

-----Abstenções: duas.-----

-----Após o apuramento da votação o Doutor Carlos Amaral pediu para intervir, informando que se absteve e que irá apresentar uma declaração de voto para ficar apenas a esta acta.-----

-----Dada a natureza dos pontos a tratar no período da tarde, o Presidente do Conselho Geral sugeriu que se convidasse a Senhora Administradora a estar presente para os esclarecimentos necessários.-----

-----Os trabalhos foram interrompidos para o almoço às treze horas e cinquenta minutos, tendo sido retomados às quinze horas.-----

-----Entrando no ponto cinco da ordem de trabalhos agendada, o Presidente do Conselho Geral passou a palavra ao Dr. Roberto Amaral, para se pronunciar acerca do Parecer sobre a Proposta de Plano e Orçamento para 2010 apresentada pelo Magnífico Reitor.-----

-----Antes de proceder à apresentação do parecer, o Dr. Roberto Amaral esclareceu que as considerações vinham no seguimento das opiniões/manifestações feitas da parte da manhã. No que diz respeito às recomendações propriamente ditas, é de parecer que o Conselho Geral deveria avançar na discussão do documento e na análise da metodologia apresentada, devendo aprovar o documento apenas quando for indicada a verba do financiamento a ser atribuída à Universidade dos Açores. Para tal, o Magnífico Reitor e os serviços financeiros deverão informar o Conselho Geral quando a verba for disponibilizada. Quanto à forma de apresentação, informou que a segmentação por departamentos irá permitir ao Conselho Geral saber qual o contributo que cada departamento irá dar para se obter o objectivo final, assim mostrando o esforço de cada um, de acordo com a sua natureza específica. Acrescentou ainda que será sempre feita uma apreciação genérica do documento, devendo a discussão do mesmo ser feita na generalidade e na especialidade. Por último, sugeriu que, para além das intenções indicadas no documento, também deveriam constar os meios financeiros necessários para a sua concretização. Assim, o Magnífico Reitor deveria dar orientações aos

Serviços Administrativos, para informarem logo que a verba seja atribuída à Universidade, para repartição da verba global por departamentos.-----

-----Passando de imediato ao ponto seis da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral advertiu os Conselheiros que a questão das alterações requer uma votação da especialidade, sendo pois necessário proceder à apresentação de propostas concretas de alteração para serem votadas.-----

-----O Doutor Carlos Amaral foi o primeiro a intervir, levantando várias dúvidas em relação à metodologia utilizada no Plano de Estratégia e questionando o porquê da diferença entre as duas metodologias apresentadas, ao que o Dr. Roberto Amaral respondeu que o que se deveria discutir era a metodologia implícita. De seguida, chamou a atenção para alguns pontos fundamentais, tais como a necessidade de se definir os critérios pelos quais se deve pautar a questão do orçamento, de se estabelecer um equilíbrio entre ensino/investigação e prestação de serviços à comunidade, de se fazer algo em relação à questão do pessoal e à promoção imediata dos seus quadros, e, no caso concreto dos politécnicos, de se definir que tipo de politécnico se pretende e qual a importância da sua inserção na Universidade. Em relação aos serviços, alertou para a urgência de se reforçar as capacidades de actuação dos serviços centrais e dotar os Serviços Administrativos de serviços de apoio à investigação, para preparação e gestão de projectos. Quanto aos Serviços de Documentação, voltou a referir a importância de estes serem dotados de recursos humanos que possam garantir o apoio aos docentes.-----

-----Na opinião do Doutor Tomaz Dentinho, este orçamento, tal como se apresenta, serve de enquadramento para a gestão interna de cada departamento e da Universidade em geral, enquanto não vier aprovado o financiamento para a Universidade dos Açores, e deve ser debatido e reajustado, se o Conselho Geral assim o entender. Acrescenta ainda que, de acordo com a estrutura do documento, a Universidade obriga cada departamento a gerir-se com orçamento próprio, mas não responsabiliza a Reitoria. Segundo propõe, o Conselho Geral deve definir uma percentagem máxima para a gestão, devendo a Reitoria também ser responsável pela sua própria gestão. Para além disso, é de opinião de que os Serviços de Acção Social também deveriam ser integrados neste Orçamento. Quanto à questão da redistribuição dos custos, deveria existir um padrão em termos de custos, pois grande parte dos custos são custos de pessoal.-----

-----Por sua vez o Doutor Alfredo Borba afirmou que, sobre o documento, tem pouco a dizer, realçando que no plano de actividades não se fala do que se passa nos outros pólos, em relação aos serviços. Não concorda com a metodologia utilizada para

os vários departamentos, tendo dado como exemplo o caso do Departamento de Oceanografia e Pescas, que participa nas despesas como um departamento normal, enquanto que em Angra tanto o Departamento de Ciências Agrárias como a Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo têm que assumir despesas de secretaria, para além de terem de contar para as despesas gerais da Universidade. Se todo o financiamento do Departamento de Ciências Agrárias é considerado despesa do departamento, considera não haver lógica nesta redistribuição. Para além disso, chamou a atenção para o problema dos *overheads*, que vão todos para os outros organismos, como por exemplo a Fundação Gaspar Frutuoso. Conclui dizendo que é necessário encontrar uma metodologia que permita ‘compensar’ estas situações.-----

----- Em relação ao Plano propriamente dito, a Doutor Gilberta Rocha voltou a chamar a atenção para a situação das ESTAS e para a necessidade de se clarificar se as mesmas vão funcionar ou não. No que diz respeito ao Plano e Orçamento, grande parte depende do que é definido em cada departamento. As Escolas podem continuar a dar aulas em áreas que não sejam da sua especialidade. Quanto ao problema da coesão, afirmou não ter percebido porque alguns departamentos recebem percentagens diferentes de coesão, dando como exemplo o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, com 1%, em relação ao Departamento de Oceanografia e Pescas, com 24%. Questionou ainda se a verba não seria um pouco excessiva e se o Departamento de Oceanografia e Pescas não poderia receber menos em favor dos restantes departamentos, pois, desta forma, alguns departamentos vão continuar a ser sacrificados e sobrecarregados para que outros se possam dedicar inteiramente à investigação.-----

-----Apesar de considerar o documento importante para se poder reflectir sobre as necessidades/realidades da Universidade, o Doutor Armindo Rodrigues afirmou não abdicar da ideia de uma Universidade que se baseie na diversidade de saberes. Há verbas que passam pelos Serviços Administrativos, outras pela Fundação Gaspar Frutuoso, e ainda outras que passam por outras entidades exteriores à Universidade. Em termos financeiros considera um problema sério, pois é de opinião de que parte do problema orçamental da Universidade poderia ser resolvida, se a situação do Departamento de Oceanografia e Pescas fosse alterada e se as verbas daquele departamento fossem conhecidas.-----

-----Voltando à questão do orçamento, o Doutor Mário Fortuna afirmou que a leitura do orçamento constitui um exercício que deve ser sublinhado e que se torna possível sem que haja um demasiado esforço por parte dos recursos humanos. Salientou que há um aspecto fundamental que se perdeu entre as últimas reuniões e esta, ou seja, o

documento que definia as regras de distribuição das verbas pelas unidades orgânicas. Segundo disse, não acredita que todas as unidades orgânicas tenham capacidade de resolver/gerar receitas que possam suprir o défice existente. Considerou que esta ideia de reter 10% de cada unidade orgânica corresponde a um valor muito pequeno, devendo ser uma percentagem maior. As áreas que estão a gerar verbas não deveriam ser prejudicadas em detrimento das outras unidades orgânicas. Se as regras orçamentais fossem cumpridas, muitos dos problemas existentes deixariam de existir. Afirmou ainda que os departamentos que têm ‘sucesso’ não deveriam cobrir os défices dos outros departamentos, caso contrário acabam por ser solidários com os problemas que desconhecem. Considerou igualmente inaceitável que um departamento que tenha um défice e que receba verbas por fora faça ‘desvios’ de projectos para outras instituições para não contribuírem para as receitas da Universidade. Por fim, conclui que o orçamento deverá ser revisto e refeito, propondo uma retenção de 25% em vez dos 10%.-----

-----No seguimento da intervenção anterior, o Doutor Alfredo Borba mostrou concordância com as afirmações do Doutor Mário Fortuna, mas esclareceu que alguns projectos não são geridos pela Universidade dos Açores, pelo que a Universidade só pode exigir pelo pagamento do funcionamento das pessoas que gerem os projectos. Segundo afirmou, o problema maior tem a ver com instituições fora da Universidade. Por fim, esclareceu que, em relação aos politécnicos, estes recebem como cursos universitários.-----

-----A Doutora Gabriela Queirós congratulou-se com o documento apresentado, chamando no entanto a atenção para o facto de este ainda não estar suficientemente explícito. Em relação aos projectos de investigação, recordou que o Ministério já não financia a parte dos docentes, ou seja, não paga os vencimentos do pessoal docente, sendo o financiamento destinado apenas para o pagamento dos recursos humanos a contratar e do material de investigação a utilizar. Por fim concluiu que esta discussão só mostra que se deve ver cada departamento caso a caso, dando como exemplo a situação do Departamento de Geociências.-----

-----O Doutor Tomaz Dentinho aproveitou para esclarecer que tanto o IMAR como o CIVISA são entidades exteriores que deveriam pagar o tempo dispendido pelas pessoas que trabalham nos projectos, o espaço que as pessoas ocupam e os gastos gerais da casa, como gastos de comunicação, luz, água, etc, sendo de opinião de que cada projecto de investigação deveria pagar pelo menos 7% dos *overheads*.-----

-----Discordando das afirmações do Doutor Mário Fortuna, a Doutora Gilberta Rocha lembrou que há investigação e trabalhos que não geram dinheiro e que a solidariedade não vai nem pode depender de cada um. É preciso conhecer as regras e definir uma política que dependa de uma estratégia. Há que fazer uma análise e tentar ver qual a especificidade de cada unidade orgânica. Em relação à votação das propostas apresentadas pelo Presidente do Conselho Geral, a Doutora Gilberta Rocha esclareceu ter entendido que só deveriam fazer recomendações, não se devendo aprovar o documento na totalidade.-----

-----No seguimento das intervenções anteriores, o Presidente do Conselho Geral aproveitou para citar uma passagem de um documento intitulado ‘What are universities for?’, defendendo que tem que haver um equilíbrio que modere uma visão estritamente economicista das instituições, ao que o Doutor Mário Fortuna reagiu, dizendo que sabe o que é a Universidade de hoje, mas não compreende a ‘solidariedade’ nos moldes propostos. Defende apenas razões que o impedem de ter mais sucesso no seu departamento. Por fim, voltou a insistir que a retenção de 10% mencionada no documento é muito pequena.-----

-----Perante tais afirmações, o Doutor Carlos Amaral referiu que não se trata de uma Universidade privada nem do dinheiro de cada um, mas sim do dinheiro da Universidade dos Açores que, por causa de uma opção errada, tomada numa determinada circunstância, deu origem à criação de demasiadas unidades orgânicas. Considerou que a realidade da Universidade é uma realidade ‘doente’, desde há largos anos, havendo pois necessidade de se travar esta situação. Segundo afirmou, existem áreas científicas que não estão a funcionar como seria desejável, devido à situação deficitária da Universidade. Para que esta situação se altere, declarou que se deve proceder à explicitação das regras subjacentes à elaboração do orçamento. Por último, estranhou que na última reunião se tenha deliberado ouvir um órgão de aconselhamento e que o assunto não tenha sido trazido novamente ao Conselho Geral para ser novamente debatido.-----

-----O Dr. Roberto Amaral voltou a intervir para esclarecer o que havia dito anteriormente. Em termos pessoais, é de opinião de que se trata de um documento equilibrado, com uma certa coerência interna, e que foi elaborado fruto de uma reflexão profunda que possibilita a política de definir as verbas por unidades orgânicas, estando a faltar apenas definir o esforço individual de cada unidade orgânica. Segundo afirmou, este documento apresenta propostas indicadoras para futuros orçamentos, sendo pois necessário haver uma coerência lógica nas propostas de alteração a apresentar.-----

-----De seguida o Doutor Alfredo Borba pediu a palavra para informar que vinha preparado para votar a favor ou contra o Plano e Orçamento e que, não tendo sido feitas propostas de alteração da metodologia aplicada, logo não estava preparado para apresentar propostas de alteração.-----

-----Na mesma linha de pensamento, o Doutor Mário Fortuna aproveitou para chamar a atenção para o facto de se estar a discutir sobre uma verba do orçamento de Estado que ainda não está definida, pelo que sugere se trabalhe, tendo como base a verba atribuída no ano anterior. De resto, recordou que o orçamento foi feito de acordo com indicação dos serviços administrativos. Por se tratar de uma questão crítica, afirmou ser necessário definir como se deve repartir as verbas atribuídas (verbas de convergência, verbas dos serviços centrais, etc.), lembrando igualmente que, na última reunião, ficaram pendentes as regras de imputação de verbas às unidades orgânicas. Se, no caso dos departamentos, há que diferenciar/racionalizar o tipo de despesa/receita, é de opinião de que esta metodologia também deve ser utilizada nos restantes serviços da Universidade dos Açores. Neste caso, concluiu que o que deve ser votado são as Regras.-----

-----No seguimento das intervenções anteriores, o Mestre Francisco Franco pediu para esclarecer que os serviços centrais não dizem respeito apenas aos serviços da administração e da reitoria. Esta verba tem a ver com os gastos gerais da Universidade, como a água, a luz, o material de limpeza, etc., pelo que não deverá ser imputada apenas à Reitoria nem à Administração.-----

-----De seguida o Presidente do Conselho Geral deu a palavra à Senhora Administradora, para os esclarecimentos tidos por convenientes em relação ao orçamento.-----

-----Em resposta ao Dr. Roberto Amaral, a Senhora Administradora esclareceu que se trata de um orçamento de funcionamento e não de investimento. Segundo afirmou, o orçamento está equilibrado. Por instruções do Ministério, existem vários tipos de receita: receitas próprias e receitas de projectos. No caso da Universidade dos Açores, ou se aumentam as receitas ou se diminuem as despesas. Em relação à metodologia, a nível de receitas houve alguns critérios de imputação utilizados, tais como a coesão, as rubricas do orçamento de estado, entre outras. No que diz respeito à convergência e recuperação, com base nas despesas de cada unidade orgânica, as unidades orgânicas que têm uma estrutura mais pesada terão mais quantidade desta verba. Esclareceu ainda que todas as outras verbas foram feitas de acordo com as necessidades de cada unidade orgânica.-----

-----A intervenção da Senhora Administradora foi interrompida com a saída dos conselheiros Alfredo Borba, Tomaz Dentinho e Nelson Moura, que pediram licença para saírem, justificando que tinham de apanhar um avião de regresso a casa, situação que deu origem a uma certa perplexidade entre os restantes conselheiros.-----

-----Continuando a sua intervenção, a Senhora Administradora informou que, apesar de não ter havido tempo suficiente para analisar os orçamentos ao pormenor, gostaria no entanto de alertar para algumas situações verificadas aquando da análise dos orçamentos das unidades orgânicas, tais como o caso de departamentos deficitários que apresentam custos superiores em relação ao ano anterior e o exemplo de uma unidade orgânica superavitária, que tendo verificado uma baixa com despesas de pessoal tenta compensar com despesas variáveis (de pessoal e variáveis correntes).-----

-----Sobre o assunto, a Doutora Gilberta Rocha afirmou que a saída de pessoal numa determinada área não pode prejudicar o funcionamento daquela área. Sendo o orçamento feito por unidades orgânicas, é preciso tentar perceber a realidade e as necessidades específicas de cada unidade orgânica para se justificar o aumento.-----

----- Segundo o Doutor Mário Fortuna, existem unidades orgânicas que tiveram quebra com despesas de pessoal e que devem diminuir com as despesas de pessoal. Reconheceu que o saldo excedentário é do Departamento de Economia e Gestão, mas esclareceu que tal situação se deveu ao facto de no ano anterior terem saído quatro docentes daquele departamento que são fundamentais e que deveriam ser substituídos, sob pena de prejudicar algumas áreas do departamento. Afirmou mesmo que, a continuarem a ficar sem recursos, vão acabar por ficar prejudicados, daí concluir que deve haver um sistema de poupança para os departamentos. Para a próxima reunião, sugeriu que se definisse uma regra para o orçamento e se desse a conhecer vários cenários com exercícios de simulação, com as implicações e o esforço que cada unidade orgânica tem de fazer. Por último, fez referência ao problema do Departamento de Ciências Agrárias, alertando para a necessidade de se saber se se manteve a regra ou se a mesma foi alterada, ao que a Senhora Administradora esclareceu que, no caso daquele Departamento, existem custos com a parte administrativa. Dada a sua estrutura serão imputados apenas 40%, enquanto que em outros departamentos deverão ser imputados 60%.-----

-----O Doutor Carlos Amaral por sua vez afirmou só ter condições para se pronunciar sobre os problemas mencionados pela Administradora, quando estiver na posse de informações concretas. Voltou a insistir no facto de as unidades orgânicas não emitirem um juízo de valor e a criticar as unidades orgânicas que, chamadas a fazer os

seus orçamentos, pensam apenas nos seus interesses particulares e não no interesse geral da Universidade. Segundo afirmou, estas matérias não podem ser tratadas na generalidade. Não sendo possível criar regras *a priori*, há que definir as situações caso a caso. Afirmou ainda que, o que está em causa não é o facto de os serviços administrativos terem dado ou não indicações aos departamentos para a elaboração do orçamento, mas sim o facto de este documento ser ‘eloquente’ porque não contempla os serviços centrais. Em relação ao exercício de simulação proposto pelo Doutor Mário Fortuna, concordou com a sugestão, desde que este exercício seja feito incluindo as necessidades dos serviços centrais (apoio à investigação, aos estudantes, ao ensino).-----

-----Para finalizar, o Presidente do Conselho Geral deu a conhecer aos Conselheiros a proposta apresentada pelo Doutor Tomaz Dentinho, cuja cópia ficará apenas a esta Acta, dando de seguida a palavra ao Magnífico Reitor.-----

-----O Magnífico Reitor esclareceu que, em relação aos Serviços Centrais, estes vão gastar o mesmo que gastaram no ano anterior, nomeadamente no que diz respeito aos gastos com higiene, limpeza, etc. e que, em relação às despesas da Reitoria, a Reitoria é cara devido à situação geográfica onde se insere e à necessidade de um maior número de deslocações. Quanto à questão da ‘solidariedade’, o Magnífico Reitor explicou que estão a permitir com que as unidades orgânicas deficitárias tenham o apoio das unidades orgânicas superavitárias, para que a retenção destas últimas seja mais pequena. É de opinião de que a questão dos 10% é razoável, uma vez que é a primeira vez que a Universidade dos Açores está a fazer este tipo de exercício. Segundo afirmou, a ideia de conjunto ainda está longe de ser concretizada, pois ainda se nota que cada unidade orgânica se preocupa apenas consigo próprio. Em relação à questão do IMAR e da Fundação Gaspar Frutuoso, informou que estas não resolvem a situação deficitária da Universidade, mas defendeu que se deve aplicar a mesma percentagem quer na Universidade dos Açores quer na Fundação Gaspar Frutuoso.-----

-----Antes de se dar por concluído este ponto da ordem de trabalhos, o Doutor Mário Fortuna aproveitou para chamar a atenção para o facto de não se ter discutido e aprovado nesta reunião o documento sobre a distribuição do orçamento de financiamento, que foi enviado ao Conselho de Estratégia da Avaliação para parecer. Considerando este documento como uma peça fundamental para a aprovação do orçamento, sugeriu que o mesmo estivesse em condições de ser aprovado na próxima reunião, ao que o Magnífico Reitor informou que o Conselho de Estratégia da Avaliação já aprovou o documento, tendo apenas introduzido uma alteração sugerida pelo próprio Doutor Mário Fortuna.-----

-----Dando por terminado o assunto, o Presidente do Conselho Geral informou que na próxima reunião os conselheiros devem apresentar propostas concretas de alteração para serem aprovadas.-----

-----Não tendo havido intervenções sobre o último ponto da agenda, o Presidente do Conselho Geral chamou a atenção para a necessidade de se marcar uma nova reunião extraordinária, ficando a mesma agendada para o dia dezasseis de Novembro. De seguida, deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral:

A handwritten signature in blue ink, reading "Ricardo Manuel Madueza de Costa". The signature is written in a cursive style with a large initial 'R'.